



# O funcionamento da interlocução na Comissão da Verdade e no Escola Sem Partido: entre silêncio, respiro e sufoco

The functioning of interlocution in the Truth Commission and in the Apolitical School: among silence, breath and suffocation

DOI 10.20396/lil.v26inesp.8671216

**Andréia da Silva Daltoé<sup>1</sup>**  
PPGCL-UNISUL

## Resumo

30 anos de *As formas do Silêncio* ([1992] 2007) de Eni P. Orlandi e a oportunidade de escrever sobre a importância e a determinação desta obra nos estudos que fazemos em Análise de Discurso de linha materialista. Para tanto, recuperaremos nossa pesquisa sobre Comissão da Verdade e sobre projetos como o Escola Sem Partido para pensar o modo como a questão do silêncio foi fundamental até então e como, agora neste artigo, pode ser mobilizada para investigar o processo de interlocução que se estabelece na cena política brasileira em relação aos dois temas. Trata-se do desafio em problematizar as seguintes questões: de que funcionamento interlocutivo se trata quando o Estado se coloca como locutor e a quem este processo interpela/dirige-se? Que jogo de formações imaginárias regula tal relação entre A e B? Que posição os sujeitos envolvidos ocupam nas relações de poder que nos governam?

**Palavras-chave:** Comissão da Verdade, Escola Sem Partido, Silêncio, Interlocução.

## Abstract

30 years of *The forms of silence* ([1992] 2007) by Eni P. Orlandi and the opportunity to write about the importance and determination of this work in the studies we carry out in Discourse Analysis of materialist line. In order to do so, we will recover our research on the Truth Commission and on projects such as Apolitical School to think about how the issue of silence was fundamental until then and how, now in this article, it can be mobilized to investigate the process of interlocution that is established in the

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; Doutora em Letras (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Líder do Grupo de Pesquisa Relações de Poder, Esquecimento e Memória (GREPEM- CNPq/UNISUL) e do Coletivo Pró-Educação (Tubarão/SC); Integrante do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP-CNPq/Unipampa) e do Coletivo Testemunho e Ação (Sig Intervenções Psicanalíticas); Email: andreiadaltoe@gmail.com.



Brazilian political scene in relation to the two themes. It is about the challenge of problematizing the following questions: which interlocutive functioning is involved when the State poses itself as an announcer and to whom does this process affect/address itself? What game of imaginary formations regulates such relationship between A and B? Which position do the subjects involved occupy in the power relations that govern us?

**Keywords:** Truth Commission, Apolitical School, Silence, Interlocution.

## Introdução

*Através da névoa vermelha da noite  
Nós vimos as chamas vermelhas, em riste  
Ondulando, fustigarem o céu negro.  
No campo, sob o silêncio sufocante  
Crepitando  
Ardia uma árvore.*

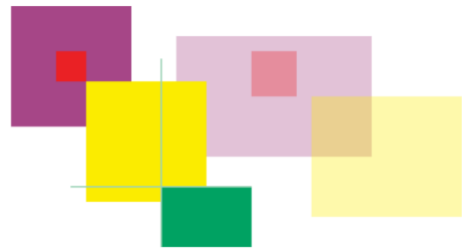
Bertolt Brecht (2019, p. 77).

30 anos de *As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos* de Eni P. Orlandi ([1992] 2007) e sua leitura continua pulsante, ajudando-nos a compreender a palavra para além do dizer no modo como o discurso é feito de pausas, de excessos, de interditos, de censura, do sentido que poderia ser outro, da respiração que antecede a palavra, do sufoco que a segura na garganta...

A noção de silêncio se enlaça em tantas outras do campo da Análise de Discurso de linha materialista, mas, sem dúvida, é singular como dispositivo teórico-analítico em nossas pesquisas. E, mesmo que toda a obra da autora seja decisiva neste campo, a que homenageamos agora é aquela que nos ajuda a compreender a materialidade simbólica específica do silêncio para “alargar a compreensão da nossa relação com as palavras” (ORLANDI, 2007, p. 14).

Toda esta importância, porém, só aumenta a responsabilidade em aceitar o convite feito carinhosamente por Freda Indursky para integrarmos o número da Revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos* que comemora os 30 anos de *As Formas do Silêncio*.

Honrada, aceito o desafio, escolhendo contar um pouco como a questão do silêncio encontra minha pesquisa sobre Comissão da Verdade (CV), desenvolvida no Estágio de Pós-Doutorado em que tive o privilégio da supervisão da própria autora, a Professora Eni P.



Orlandi, no Instituto de Estudos Linguísticos – IEL/Unicamp (2015 a 2017); e sobre os projetos antidemocráticos que têm atingido a escola, em especial o Escola Sem Partido (ESP).

Neste percurso, a questão do silêncio se marcou em inúmeras oportunidades: como no estudo sobre o testemunho das vítimas da Ditadura (DALTOÉ, 2016a); sobre o impedimento da CV em acessar aos arquivos das Forças Armadas (DALTOÉ, 2016b, 2018); sobre a questão do nome próprio no testemunho das vítimas (DALTOÉ, 2016c) e na clandestinidade (DALTOÉ, 2021); sobre o ESP e sua tentativa de calar a escola (DALTOÉ, 2018); entre outros.

Todavia, aproveito-me da oportunidade desta escrita para agora discutir os processos de interlocução estabelecidos nestes dois campos temáticos, perguntando-me: como pensar o processo de interlocução diante da disputa que esvazia os sentidos da palavra na cena política? Recuperando outro trabalho de Orlandi (2021, p. 4), como pensar esta “algazarra nos processos de significação”? E, no caso de nossa temática, de que funcionamento interlocutivo se pode falar quando o Estado se coloca como locutor e a quem este processo interpela/dirige-se? Por fim, também conforme a autora (2021, p. 4), porque “isto é mais que ‘interatividade’”, que jogo de formações imaginárias regula tal relação entre A e B e que posição os sujeitos envolvidos ocupam aí?

Para estas novas questões, julgamos que a noção de silêncio (2007) continua consequente, tanto para pensar a condição fundante do sentido, “(o fôlego) da significação” (2007, p. 13); quanto para pensar a política do silêncio, que irá dispor “as cisões entre o dizer e o não-dizer” (2007, p. 102). Seguimos, portanto, neste batimento entre o silêncio constitutivo e a imposição do silêncio pela censura – tanto a local quanto a que limita o sujeito no percurso do sentido – para pensar o processo interlocutivo que aí se estabelece.

## O processo de interlocução

Embora no campo das Ideias Linguísticas, tenhamos importantes autores que começam a se interessar pela língua em uso, o sujeito, a situação, o contexto, abrindo espaço, portanto, para se pensar determinado processo de comunicação no campo da linguagem, nossa inscrição na AD nos leva diretamente à ida de Pêcheux a Jakobson para problematizar o processo de interlocução estabelecido pelo linguista russo.



Gadet e Pêcheux (2004, p. 109) vão render reconhecimento a Jakobson pela aproximação entre a literatura e os estudos linguísticos<sup>2</sup>, mas será, em *Análise Automática do Discurso de 69 (AAD69)*, que Pêcheux ([1969] 2014) recupera Jakobson e seu esquema comunicacional baseado no modelo de Weaver e Schannon (1949, *apud* AUROUX, 1998, p. 40). Neste momento, Jakobson ([1975] 2010) procura convencer linguistas sobre as vantagens dos avanços alcançados pelos engenheiros da comunicação no terreno computacional, reforçando a cooperação entre a Linguística e a Teoria da Comunicação.

Jakobson (2010) vai estabelecer uma relação direta entre as funções da linguagem (emotiva, referencial, poética, fática, metalinguística e conativa) e as posições que ocupam os usuários da língua (remetente/destinatário) no processo de comunicação verbal (que ainda envolve: contexto, mensagem, contato e código). Embora o autor vá alertar para o perigo de se compreender a comunicação humana fora da questão semântica e “um código desligado da comunicação efetiva” (2010, p. 104), sua proposta acabará pensando locutor e interlocutor a partir de leis linguísticas universais, enquanto elementos localizáveis no processo, bem como tomando a língua num trabalho de codificação e decodificação em termos de eficácia.

Pêcheux (2014, p. 80) recupera, então, este esquema, dando-lhe o valor em “pôr em cena os protagonistas do discurso bem como seu ‘referente’”, mas opera um deslocamento por considerar que subjaz em Jakobson a mensagem como transmissão de informação entre A e B. E, na AAD-69 (2014, p. 81), não é mensagem, é *discurso*; não é troca de informação, é *efeito de sentidos* entre A e B a partir das condições de produção em que se dá o processo.

Ou seja, enquanto em Jakobson, os elementos A e B designam a presença física de organismos humanos individuais, em Pêcheux (2014, p. 81), passam a interessar enquanto “lugares determinados na estrutura de uma formação social [...] marcados por propriedades diferenciais determináveis” e representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo: não como traços objetivos, mas como determinados por “formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (2014, p. 82).

---

<sup>2</sup> Na tese, escrevemos uma seção sobre Jakobson. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61187/>. Acesso em: 9 out. 2022.



Com o deslocamento, que propõe em termos de hipótese, Pêcheux não deixa de considerar o processo interlocutivo, mas avança para investigar seu efeito de sentidos a partir de regras de projeção que, em qualquer formação social, é determinado pelas “relações entre *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)” (2014, p. 82).

Sob tais pressupostos, passamos à análise do processo interlocutivo instaurado pela CV e pelo ESP, procurando compreender como/se a questão do silêncio nos ajuda nesta análise.

## O funcionamento da interlocução na CV

Conforme trabalho anterior (2016b), a CV foi criada no Brasil em 2011 por determinação da Sentença proferida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), depois de o Estado brasileiro ter esgotado os recursos contra ações movidas pelos familiares dos desaparecidos políticos desde 1982.

Embora necessária, sem dúvida, a CV é constituída somente 30 anos depois do fim da Ditadura no Brasil<sup>3</sup> e 50 de seu início – um tempo que vai interferir decisivamente no modo como se constituirá este trabalho, tomado por nós, como um processo de interlocução entre o Estado e as vítimas e/ou familiares das vítimas. Trata-se de um tempo cronológico importante, mas nosso interesse incide sobre o movimento do silêncio neste período, que, segundo Orlandi (2007, p. 47), não é vazio, nem o nada: “quanto mais falta, mais silêncio se instala, mas possibilidades de sentidos se apresentam”.

É sob tais condições que perguntamos: 1) Que interlocução seria possível, quando a Instituição Estado, embora representada por profissionais comprometidos com a reparação deste passado, se coloca na posição de acolher o testemunho da vítima, sendo a mesma que perpetrou crimes de tortura, prisão, execução e desaparecimento de corpos em seu interior? 2) Se, em Pêcheux, não estamos falando de um lugar físico entre A e B, mas de formações imaginárias que determinam os lugares e, portanto, as condições de produção desta escuta,

---

<sup>3</sup> Embora os trabalhos da CV dediquem-se às violações de Direitos Humanos praticadas pelo Estado entre 1946-1988, nossa discussão centra-se no período da ditadura cívico-militar de 1964-1985



como se configuram estes lugares a partir da luta destas famílias que, somente depois de 50 anos do golpe, foram ouvidas?

Pelo esquema de Jakobson, temos a CV como locutor/ouvinte das vítimas e/ou familiares, cuja mensagem seria o testemunho. Todavia, a partir da AAD-69, estamos diante de um processo mais complexo, pois, por mais que os membros da CV assumam-se num comprometimento ético-político e de responsabilidade com a verdade, não deixam de ser investidos pelo jogo das formações imaginárias: que fazem de si, representando o Estado (o atual e o do passado); que fazem da imagem que seu interlocutor, vítima, faz de si; e que fazem das próprias vítimas.

Convocando este jogo de projeções, que, para nós, regula todo discurso, seria possível desinvestir o lugar de A de um poder do Estado que, no passado, cometeu tais crimes? Quando analisamos o Relatório Final da CV, o Nacional e o de Santa Catarina (DALTOÉ, 2016a), vimos que é bastante difícil, afetando o testemunho mesmo que o Estado estivesse ali representado por integrantes com forte trabalho na luta pela justiça daquele tempo. Outro efeito é o fato de que este mesmo Estado lutou durante anos para não se haver com seus crimes, produzindo uma lacuna temporal de reparação que não deixou de produzir a permanente sensação de impunidade – um crime continuado.

Conforme Orlandi (2007, p. 161), “não há um modo de o sujeito e de o sentido estarem fora da história, do ideológico, do efeito imaginário”. Por isso, neste espaço de tempo desde o golpe, o silêncio produziu sentidos e não deixou de se impor como censura, não somente o produzido por uma política de impedimento de certos dizeres, mas também como “um fato produzido pela história” (2007, p. 13).

Como vemos, a censura, enquanto imposição política, sem dúvida produz seus estragos, porém é mais facilmente localizada e sujeita à reação popular. Todavia, parece-nos que a censura produzida enquanto efeito do silêncio se coloca mais perversa, porque é um murmúrio sem rosto. Neste silêncio que preside a tomada da palavra entre CV e vítima, trazendo Pêcheux (2014, p. 89), temos aí o trabalho de emissão e recepção da sequência discursiva, mas não operando uma “simetria’ entre a codificação e a decodificação”, pois esta relação, “muitas vezes evocada como necessidade, desaparece igualmente”. E aqui encontramos Orlandi (2007, p. 49), para quem:



A intervenção do silêncio faz aparecer a falta de simetria entre os interlocutores. A relação de interlocução não é nem bem-comportada, nem obedece a uma lógica preestabelecida. Ela é atravessada, entre outros, pela des-organização do silêncio.

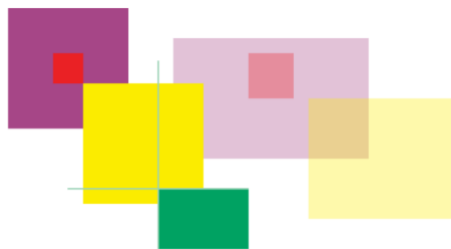
Nesta não simetria ou reversibilidade, CV e vítimas são afetadas e constituídas pelo contínuo do silêncio – “há sempre ainda sentidos a dizer” – assim como “o antes, o estado anterior não é o ‘nada’ mas ainda o silêncio enquanto horizonte de sentidos” (2007, p. 70). Isso complexifica o processo desta escuta, que jamais se encerraria, mesmo dados por concluídos os trabalhos da CV em 2014; assim como desfaz qualquer romantização de uma possibilidade de diálogo, pois, conforme Orlandi (2007, p. 49, grifo da autora):

Pensar o silêncio como um limite ao dialogismo é fazer crítica a uma sua concepção behaviorista, dominada pela função da *informação* e de turnos de fala, assim como à *esquematisação* da relação de significação entre os diferentes sujeitos e suas posições.

Como já dissemos (DALTOÉ, 2016b, p. 113), ainda que a CV venha tarde, que muito já se tenha perdido de provas, que as Forças Armadas não tenham colaborado com a abertura de seus arquivos, que muitos torturadores já tenham morrido e que não se vislumbre a possibilidade de condená-los, não negamos sua importância, aliás, a valorizamos enquanto *política de resgate da memória* (INDURSKY, 2015). Mas precisamos problematizar seu trabalho, dizendo que a interlocução que foi possível não diz de uma simetria da cena discursiva da política brasileira entre A e B, mas de um jogo de relações de poder, de luta de classes e de contradições: entre um Estado que, apesar de diferentes governos, luta por gerir nossa memória (PÉCHEUX, 1997), e a vítima, que precisará lidar com os sentidos que não encontram via de se dizer no plano simbólico, produzindo sintomas no corpo, além do fato de testemunhar diante daquele que, no passado, era seu inimigo, e agora lhe ouve, sem muita força para fazer a justiça devida.

## O funcionamento da interlocução no ESP

Quando entramos na luta contra o ESP no município de Tubarão/Santa Catarina, pensávamos que seria uma pausa nas pesquisas sobre Ditadura. Não durou muito para compreendermos que ambos se entrelaçavam: depois de pesquisas a respeito, já conseguimos dizer que o ESP e todos estes projetos que vêm atacando a escola são filhos



da Ditadura e de toda sua herança autoritária, colocando em risco, ao lado de outras práticas políticas destes tempos, nossa Democracia.

Legitimados na forma de projetos de leis e práticas políticas institucionalizadas, mesmo que não amparados legalmente, temos observado (DALTOÉ, 2018, 2022) que,

[...] dissociados de qualquer aparato teórico-científico ou mesmo de qualquer preocupação com os reais problemas que atingem a educação, organizam-se em torno do desmerecimento do ensino público e seu papel de transformação social. (DALTOÉ, 2022, p. 20).

Estamos falando do ESP, mas também de projetos que proíbem a discussão de gênero; o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim); o *homeschooling*; os que vetam o uso da linguagem não binária; os que censuram manifestações artísticas... e tantos outros que têm sido abraçados por legisladores que veem na pauta de costumes sua única e medíocre oportunidade de apelo social, enquanto servem ao mercado da iniciativa privada, pois está em curso a privatização da educação pública e o desvio do seu financiamento para outros fins. Tudo isso implicando práticas de censura na escola e na universidade que vêm responder a interesses de uma formação social capitalista-neoliberal que implementa, cada vez mais, políticas de desumanização e quebra do laço social.

Pensando o processo de interlocução, podemos dizer que, no caso da CV, o Estado se dirigiu a um interlocutor e, apesar de toda a dificuldade que relatamos, uma possibilidade de interlocução foi estabelecida – não alheia às relações de poder que a determinavam, mas aconteceu.

Já no caso do ESP ou destes projetos, o que vemos é justamente a impossibilidade de um canal de conversa, um barramento à entrada do outro na cena discursiva, encontrando aí o silêncio, conforme Orlandi (2007, p. 140), para dizer “dos modos de apagar sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido onde ele mostra algo que é ameaça”.

Materializa-se no ESP uma censura local, visível, explícita como nos traz Orlandi (2007, p. 106), mas em sua forma mais grave, porque de contornos imprecisos – aquela “que se forma nos limiares mais complexos de nossa relação com o dizível”: uma censura que vai se instalando como necessária, natural, quando tais projetos se aproveitam da carga apelativa do conservadorismo estrutural, da referência problemática à Constituição Federal e da *vulnerabilidade das palavras* para levá-las à *evanescência dos fatos* (ORLANDI, 2021, p. 4).





É a censura, segundo Orlandi (2007, p. 131), se alargando:

[...] para a compreensão dos procedimentos de interdição que atravessam, de múltiplas formas e em permanência, o cotidiano do sujeito na sua relação com os diferentes percursos de sentido, nas distintas situações significantes de sua vida [...].

Em importante trabalho sobre o processo de interlocução no discurso dos militares, Indursky ([1992] 2013) também contribui sobre a complexidade em torno do sujeito e sua representação. A autora diferencia *interlocução enunciativa*, de caráter interpessoal, que ocorre “num espaço e num tempo definidos, em uma situação específica, estando seus dois polos interlocutivos claramente determinados” (2013, p. 169); e *interlocução discursiva*, quando passamos a pensar que o sujeito, neste processo, não se coloca de forma pessoal, mas afetado por uma formação discursiva, ocupando um lugar determinado historicamente.

Na análise do discurso dos 5 militares, Indursky vai dizer que temos aí 5 locutores, mas apenas um sujeito do discurso, cuja alternância do *eu* não implica mudança de sujeito: “quando muito, pode sinalizar transformações no modo com que este se relaciona com a forma-sujeito, o que não é um ato de vontade individual, mas é determinado pela conjuntura histórica em que o discurso se institui” (2013, p. 170).

De maneira aproximada, nos projetos que analisamos, também podemos falar de locutores que se diferenciam (vereadores, deputados e senadores) pelo Brasil todo, mas o sujeito deste discurso é também apenas um e se filia à mesma rede de saberes que sustentou no passado a Ditadura e continua sustentando suas práticas no presente.

Outra contribuição de Indursky é mostrar como “o *sujeito do discurso* e o *outro* podem apresentar-se de modo indeterminado” (2013, p. 167, grifo da autora), tornando difícil e/ou indesejável e/ou impossível datar e situar uma cena enunciativa, bem como nomear seu destinatário. Pensando o ESP a partir daí, poderíamos identificar os elementos da cena enunciativa que o engendra: o legislativo como locutor; a escola (e nela os professores) como interlocutor, situados num momento em que o país acolhe tais projetos, ganhando força principalmente nas eleições de 2018 (DALTOÉ, 2018).

Todavia, passando da cena enunciativa para a cena discursiva como nos ensina Indursky (2013), distante de qualquer relação cooperativa ou de interatividade, vemos o locutor do ESP apresentar-se diluído ao assumir todo o conjunto de saberes de uma formação



discursiva neoliberal e autoritária, que tem tomado a escola como entrave a suas práticas, seja em termos de financiamento da educação, seja em termos de necessidade de domesticação de um povo.

Convocando, desse modo, o jogo de representações destes dois polos da cena discursiva, o que vemos, usando palavras da autora (2013, p. 171), é uma interlocução bastante fluida, “cujas propriedades apontam para a vaguidade e a indeterminação” a ponto de negar, ou dificultar em muito, para nós, alguma chance de debate e embate entre A e B.

O ESP dirige-se ao aluno como tábula rasa; dirige-se à escola como impotente, mas também dirige-se à sociedade como um todo em tom de ameaça. Dirige-se, por fim, ao professor, que, como em um dos projetos analisados (DALTOÉ, 2018), é nomeado como *doutrinador, agressor, hostilizador, abusador, cooptador*, etc. Desse modo, se a cena discursiva constitui o sujeito pelo modo como o nomeia e o interpela, temos aí a pista de que não haveria diálogo possível sendo B tratado como o grande mal da educação a ser eliminado e criminalizado em nome de uma “sociedade de bem”.

Se podemos falar, portanto, de um processo interlocutivo no caso do ESP, falamos de censura e tortura em potência, que se dá no jogo ambivalente de barrar/desconsiderar o outro, ao mesmo tempo em que faz trabalhar a imagem atribuída a B: na audiência que promovemos em Tubarão, os professores foram chamados de *molestadores de crianças* (DALTOÉ, 2018, p. 133). Um jogo de formações imaginárias necessário, afinal, como acabar com a escola sem transformar o professor em nada, ou em alguém que não mereça lugar na cena discursiva da política brasileira. Em comum, por exemplo, os projetos do ESP foram sendo apresentados nas casas legislativas e seguindo seu trâmite legal sem nenhuma discussão com os profissionais da educação – o que em Tubarão/Santa Catarina conseguimos reverter, realizando uma audiência pública com cerca de 800 participantes.

Sob o argumento da neutralidade e da liberdade de expressão nas escolas, o funcionamento da interlocução no ESP trabalha justamente em prol da imposição do silêncio local para um não dizer, mas também parece querer atingir o próprio silêncio fundador, que, segundo Orlandi (2007, p. 156), “fundamenta o movimento da interpretação” e “torna possível esse gesto de interpretação mínimo (e nem por isso pequeno), aquele que nos instala na origem de nós mesmos de nossos sentidos”. Vemos aí pistas desta tentativa de impor o



silêncio, todavia, conforme Orlandi (2007, p. 107), “não em nível de informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos”.

Se “o silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação” (ORLANDI, 2007, p. 13), estamos diante da tentativa de impedir este antes que antecede a palavra e a própria constituição do sujeito em seu processo de interpelação: porque não se trata de negar a voz somente; é antes ignorar sua própria existência enquanto sujeito. É talvez a pior das torturas, aquela que, impotente diante de uma mais explícita, busca ir à garganta para impedir, antes que se transforme em palavra, o próprio respirar – um sintomático destes tempos, como o pé no pescoço de gabrieis, a asfixia de genivaldos<sup>4</sup>...

Discutir, portanto, a interlocução no ESP é lembrar Althusser (2008, p. 166), pois, embora a escola possa ser reduzida a um “savoir-faire” e desempenhar muito bem o trabalho de reprodução das relações de produção entre explorados e exploradores, entendemos que ela também pode se constituir em ameaça quando começa a questionar estas relações.

O ESP é contra isso e objetiva colocar logo o joelho sobre o nosso pescoço, enquanto nós, recuperando a epígrafe, ardemos crepitando sob o “silêncio sufocante” e nos agarrando ao que ensina Orlandi (2007, p. 118): “a censura é um sintoma de que ali pode haver outro sentido” e, neste outro sentido, o espaço para a resistência...

## Algum respiro...

Em Pêcheux (2014), compreendemos que as representações imaginárias presidem as diferentes instâncias que tomam posição no processo discursivo entre A e B, mas aprendemos também que a descrição de um processo desses precisa levar em conta as relações de força

---

4 Referência ao caso de Gabriel, 19 anos, rapaz negro, sufocado por policiais militares em Carapicuíba/SP, em 21/06/2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-22/pm-sufoca-homem-negro-ate-ele-desmaiar-e-lembra-acao-que-matou-george-floyd-nos-eua.html/>. Acesso em: 9 out. 2022.

E o caso de Genivaldo Santos, morto em Umbaúba, Sergipe, ao ser trancado no porta-malas de uma viatura com gás lacrimogêneo, em 25 de maio de 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/06/06/caso-genivaldo-policiais-rodoviaros-federais-sao-ouvidos-pela-pf.ghhtml/>. Acesso em: 9 out. 2022.



que se estabelecem aí, a fim de alcançar, sob os “efeitos de superfície’ a estrutura invisível que os determina” (2014, p. 94).

A partir destes pressupostos, retiramos o processo de interlocução que envolve CV e do ESP de qualquer relação dialógica, simétrica, de interatividade, de revezamento, ou de troca de informação, para pensarmos, segundo Pêcheux (1988, p. 27), no jogo “da unidade dividida e contraditória da comunicação/não-comunicação” e fora do trabalho “da mecanização e da estandarização que impõem uma comunicação sem equívocos – clareza ‘lógica’ das instruções e diretivas”.

Nesta discussão, vimos atravessar em ambos os processos uma memória da ditadura, que se atualiza e produz seus efeitos, dificultando a interlocução no caso da CV e mesmo a barrando no caso do ESP. Neste último caso, os sentidos de tortura e de censura reverberam com força e têm se transformado em matéria-prima do *discurso de ódio* (BUTLER, 2021; BIGNOTTO, 2022), a partir de uma forma bastante específica de língua, que Indursky (2019, p. 30, grifo da autora) trata como “*língua fascista*, a qual é atravessada por um efeito de *memória da ditadura*”. Ainda conforme a autora, uma língua que estava apenas adormecida, culturalmente interdita, vinda à tona agora pelo modo como autoridades políticas a têm legitimado. Assim é com o Presidente atual, cuja língua, se produz algum engajamento político, é somente, segundo Bignotto (2002, p. 91), para destruir o que resta do espaço público e contaminar as relações privadas – uma língua transmitida por “afetos tristes: ressentimentos, nostalgia, intransigência, ameaça”.

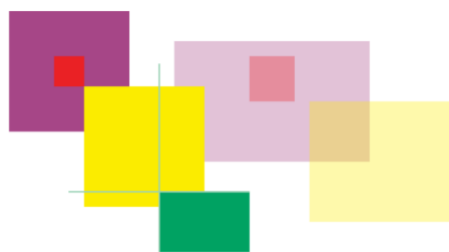
Todavia, se a censura e a tortura caminham juntas nesta manifestação de língua fascista, corroendo o tecido social, com Orlandi (2007, p. 132), ainda na obra que homenageamos aqui, aprendemos que “não há censura completamente eficaz: os sentidos escapam”, permitem outras direções, oferecendo lugar à resistência e à transformação.

Que não desistamos de procurar estas outras direções e que possamos voltar a respirar ares de Democracia.

## Referências bibliográficas (Título 1)

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

AUROUX, S. **A Filosofia da Linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.



BIGNOTTO, Newton. Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo. In: STARLING, H.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRECHT, Bertold. **Poesia**. Introdução & tradução André Vallias. São Paulo: Perspectiva, 2019.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

DALTOÉ, Andréia S. O Relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC e a Exposição Ausenc'as de Gustavo Germano: gestos de leitura do arquivo. In: GRIGOLETOO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans. (Org.). **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. 1ed. Vol. 1. Campinas: Pontes Editores, 2016a.

DALTOÉ, Andréia S. A Comissão Nacional da Verdade e o silêncio do Araguaia: que se apresente o corpo. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange L. (Org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. 1ed. Vol. 2. Campinas -SP: Pontes Editores, 2016b.

DALTOÉ, Andréia S. O relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC: o papel da memória e as formas do esquecimento. In: ORLANDI, Eni P.; CHIARETTI, Paula; RODRIGUES, Eduardo A. (Orgs.). (Org.). **Linguagem, tecnologia e espaço social**. 1ed. Vol. 1. Campinas; Pouso Alegre: Campinas: Editora RG; Pouso Alegre: Ed. da UNIVÁS, 2016c.

DALTOÉ, Andréia S. Das ruas às redes sociais: Escola Sem Partido e o Coletivo Pró-educação. In: Lucília Maria Abrahão e Sousa; Thiago Manchini de Campos. (Org.). **Mídias e movimentos sociais**. 1ed. Vol. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

DALTOÉ, Andréia S. O rasgo de identidade do nome que se faz próprio na clandestinidade. In: **Mulheres e...** GARCIA, D.; LUNKES, F. (orgs.) Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

DALTOÉ, Andréia S. "Nós somos nós, o resto é o resto": a tautologia que engendra um projeto de educação para um projeto de país. In: DALTOÉ, A.; FLORES, G.; SILVEIRA, J. **Marcas da Memória: o que resta da ditadura na educação brasileira?** Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas, Pontes, 2004.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento X Políticas de resgate da memória. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. (orgs.) **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia**. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

INDURSKY, Freda. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. In: MITTMANN, S.; CAMPOS, L. (orgs.) **Análise do Discurso: da inquietude ao incômodo lugar**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.



ORLANDI, E. P. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, vol. 2, n 1, p. 01-15, 2021. DOI: 1025189/2675-4916. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/index>. Acesso em: 10 out. 2022.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.